

O plágio na academia*

Paulo Peixoto
UC | FEUC | CES
pp@uc.pt

1

1. Introdução

O humor, enquanto forma de caricaturar a realidade, tem a capacidade de revelar as dimensões mais prementes e mais instigantes dessa mesma realidade. Se nos ativermos ao plágio, é evidente que o humor joga com a volatilidade das fronteiras do conceito, com a manifestação trivial e recorrente das situações que podem configurar plágio e, sobretudo, com a paradoxal necessidade de existência e de aceitação das coisas más para que as coisas boas se possam tornar ainda melhores.¹

Quando David Shields (s.d.) alega que, “em várias dimensões, o plágio e a criatividade são praticamente indissociáveis” coloca não apenas o problema das fronteiras, mas toca também uma das dimensões mais perturbantes da noção de plágio na academia. Pelo mesmo diapasão, relevando essa perturbação, Dean Inge (s.d.) pergunta-se “o que é a originalidade senão plágio não detetado?” Estas duas citações remetem ambas para a relação paradoxal que existe entre plágio e criação e que extravasa, em muito, os muros da academia. Guy Debord (s. d.) vai mais longe nesse plano quando afirma que “as ideias contam e são elas que melhoram as coisas. O significado das palavras participa nessa melhoria. O plágio é necessário. O progresso implica plágio. Incorpora a frase de um autor, faz uso das suas expressões, apaga uma falsa ideia e substitui-a pela ideia certa”. Esta função social e intelectual do plágio, que nos mostra o plágio como legítimo e imprescindível, ganha expressão na ironia de George Moore (s.d.), para quem o plágio só ocorre “quando se rouba alguma coisa a alguém para a tornar pior”². E se a natureza e a ambição do trabalho intelectual é melhorar as ideias e o conhecimento, compreende-se o sarcasmo presente na sentença que declara que “roubar a um autor é plágio. Roubar a muitos é pesquisa” (Wilson Mizner, s.d.). É curial sublinhar, para contextualizar a sátira de Mizner, que o confronto de ideias, e a elaboração de ideias novas a partir desse confronto, é a raiz do trabalho intelectual e da emergência do pensamento crítico e criativo. Mas o plágio parece ser também o motor das grandes indústrias culturais, se aceitarmos a visão de Clint Eastwood (s.d.) quando sustenta que “o plágio foi sempre a coisa mais relevante em Hollywood”. O peso crescente da Internet, na academia e fora dela, vem acentuar ainda mais a estreita ligação entre plágio e indústrias culturais. Dito isto, ainda que o plágio possa ser necessário, recorrente e de fronteiras indefinidas, ele não deixa de ser um dos maiores anátemas e pesadelos da academia, constituindo um foco de preocupação para quem lida com trabalhos académicos. A confissão de Nora Roberts (s.d.) expressa bem o receio desse fantasma, sendo certo que muitos a acompanhariam também, convictamente, quando nos diz: “o plágio, e lidar com as consequências disso, foi o mais difícil que eu já enfrentei desde que comecei a escrever”. Quem escreve está sujeito.

Vivemos numa sociedade dominada pela cultura da inovação. Ainda que não seja óbvio que, economicamente, a cultura da inovação seja mais vantajosa que a cultura da imitação, a questão é que as ideologias hegemónicas fizeram desse

* Texto elaborado no âmbito do curso *Ped@ES - Pedagogia no Ensino Superior*, em setembro de 2017.

¹ Recorro - no parágrafo que se segue, para ilustrar este argumento, e fazendo uma tradução livre - a citações sobre plágio retiradas do site *BrainyQuote* [<https://www.brainyquote.com/>]. As citações colocadas entre aspas podem ser consultadas, em inglês, no original, em <https://www.brainyquote.com/quotes/keywords/plagiarism.html>

² Fadiman (2011: 105-106) regista, com ironia, que muitos dos grandes plagiadores do passado, entre os quais refere Shakespeare, se moviam pela presunção que a sua genialidade e a capacidade em melhorar os trabalhos plagiados os isentava de qualquer culpa ou pena, uma vez que a cópia requintada os retirava do papel de meros autores vulgares.

argumento uma verdade. Porém, é sensato não desconsiderar os autores que nos desafiam a questionar as dimensões sociais da imitação, pois vivemos em sociedades nas quais, da literatura à arquitetura, se banalizou a ideia que a cópia pode preceder o original. Oded Shenkar (2010) lança-nos esse desafio ao analisar a China e a sua economia, procurando demonstrar as vantagens económicas daqueles que se revelam capazes de imitar bem e depressa, para destacar o valor cultural da cópia e também os modos como a cópia pode ser, ela própria, um fator de inovação. Isso justifica que a cópia e a imitação, as boas e as más, se tornem objetos de reflexão intelectual no seio do mundo académico. É curioso assinalar que no mesmo ano em que Shenkar publicou *Copycats* (2010), José Mariano Gago, à época ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, se viu envolvido numa polémica por sustentar que “a pirataria é fonte de progresso” (Público, 2010), indo ao ponto de defender que as indústrias culturais não deveriam encarar a pirataria como um inimigo (*idem*). Não está em causa uma transposição direta deste princípio para o meio académico, mas considerar genericamente o plágio como um inimigo é, em certas circunstâncias, um ato pedagógico contraproducente, designadamente perante estudantes que chegam à universidade formatados pela cultura do copiar-colar.³ A questão importante será sempre: como pode a universidade mudar essa cultura?

2. Plágio e fraude. Plágio e plágio

O advento da Internet e o seu uso crescente no campo da investigação científica ampliaram e diversificaram o espectro de ocorrência de plágio no seio da academia. Mas o plágio antecede largamente a Internet (Bailey, 2011) e do passado mais longínquo ao presente mais próximo tem envolvido grandes nomes da literatura (Moss, 2005).

A incidência e a (in)visibilidade pública do fenómeno escondem frequentemente outras formas de execução do trabalho académico que ética e profissionalmente são tão ou mais graves que o plágio. E são formas que ferem, em várias dimensões, a integridade desse trabalho, na medida em que o plágio é apenas uma entre as várias formas de fraude que a Internet veio também intensificar e diferenciar. Por exemplo, certas áreas científicas ou disciplinas podem ter uma menor incidência de plágio, mas isso não significa que nelas não se manifeste uma grande ocorrência de outras formas de fraude. O designado *ghosting* ou *ghostwriting*⁴, por exemplo, é uma delas. Forjar ou falsificar dados científicos, que também não configura plágio, é outra forma grave de fraudar, estando mais presente numas áreas científicas que noutras. Assinar um texto como autor sem qualquer contributo, não constituindo plágio, não é menos grave que determinadas formas de plágio.

Porém, o plágio é uma sombra que paira na academia. Como nota Miroslav Volf (s.d.), “em certo sentido, a fraude nos negócios não é diferente da infidelidade no casamento ou do plágio no trabalho académico. Pois até aqueles que estão comprometidos com os mais elevados padrões éticos acabam por sucumbir”, ainda que, por vezes - no caso concreto do plágio -, inadvertidamente, como ocorre, por exemplo, com os casos de auto-plágio.

Se a fraude académica é um conceito mais vasto que plágio, este, na sua extensão e gravidade, é, ele próprio, um conceito amplo. Na mera definição dos dicionários (iParadigms, 2011), o plágio corresponde a uma apropriação indevida - ou seja, não autorizada e não creditada - de ideias ou dados que não pertencem a quem os difunde ou publica. Mas o conceito tem também evoluído - na aceção auto-plágio - para uma apropriação indevida ou uso inapropriado de trabalhos

³ Neste contexto, é de assinalar que foi recentemente divulgado um estudo (Cfr. Simões, 2017) que demonstra que a pirataria não prejudica as vendas de material protegido por *Copyright*. O estudo, encomendado pela União Europeia, acabou por ser metido na gaveta e só foi recentemente divulgado graças à iniciativa de uma deputada alemã do Parlamento Europeu, que representa o Partido Pirata Alemão. Portugal não integrou a realidade estudada, registando-se diferenças significativas entre os países que compuseram a amostra (van der Ende, 2014).

⁴ O *ghosting*, conhecido na língua portuguesa como escritor-fantasma, uma vez que quem escreve o texto não assume a autoria, é um fenómeno comum e antigo, por exemplo, no campo da política, mas que assume uma nova e problemática dimensão com a oferta de serviços desse tipo na Internet. Não configura uma situação de plágio, dado que resulta tendencialmente de uma relação comercial ou familiar autorizada, mas é uma fraude académica grave.

anteriores de quem se auto-plagia. Isto significa que, numa abordagem mais estrita e conceptualmente menos elaborada, o plágio remete para a ideia de roubo. Mas seria também redutor analisá-lo apenas à luz dessa ideia se o objetivo é discutir a complexidade da sua ocorrência no seio da academia.

A Turnitin (2016), uma das empresas fornecedoras de serviços e de instrumentos detetores de plágio, identifica 10 formas distintas que permitem exemplificar a complexidade do espectro de concretização do plágio. Ainda que esse espectro se aplique apenas ao plágio concretizado pelos estudantes, o que acaba por determinar as considerações relativas a cada uma das 10 formas sinalizadas. Curiosamente, essas 10 formas são ordenadas em escalas de frequência e de gravidade, sem consideração do contexto. Quando, na minha perspetiva, a questão da gravidade e da complexidade devem ser sempre devidamente contextualizadas, assim como a própria frequência. Por exemplo, o simples copiar-colar da Internet não encerra a mesma gravidade quando praticado por um estudante do primeiro ano de licenciatura, por um estudante de doutoramento ou por um professor/investigador. Plagiar para publicar um vídeo no YouTube não é tão grave quanto plagiar um vídeo no YouTube para publicar numa revista indexada. Ser reincidente em formas de plágio consideradas pouco gravosas pode ser mais grave que cometer uma forma grave de plágio pela primeira vez. A própria frequência do plágio também varia entre áreas disciplinares. Trata-se, contudo, de 10 formas que, podendo, embora, sobrepor-se, nos permitem compreender o grau mais ou menos elaborado, mais ou menos difícil de detetar, mais ou menos difícil de combater, do plágio.

Seguindo a tipologia da Turnitin (2016), o plágio por clonagem, sendo o mais grave e o mais frequente, consiste em apresentar o trabalho de outro autor, palavra por palavra, como se fosse seu. O segundo mais grave e terceiro mais frequente é o plágio por Ctrl+C, traduzindo-se no uso de partes significativas de uma mesma fonte, sem alterações. O plágio por mixórdia é o terceiro mais grave e o segundo mais frequente, ocorrendo por via da mistura de trabalho copiado de várias fontes. O plágio por reciclagem consiste em “pedir emprestado”, não existindo necessariamente clonagem ou cópia de partes significativas, o trabalho de outrem sem a devida citação. O plágio por remistura (ou remixagem) é considerado pela Turnitin (2016) como sendo menos frequente que os anteriores e bem menos grave, ocorrendo quando se parafraseiam várias fontes, devidamente ajustadas e intercaladas entre si. O plágio em retuíte (por alusão ao re-tweet do Twitter) é frequente, mas menos grave, pois as citações são devidamente feitas, mas decalcam excessivamente a estrutura ou organização frásica do texto plagiado. O plágio através do localizar-substituir, frequentemente concretizado com o botão direito do rato, consiste em alterar as palavras ou frases mantendo, todavia, o conteúdo essencial da fonte plagiada. O chamado plágio agregador é considerado pouco frequente e pouco grave, já que o texto faz as devidas citações das fontes, ainda que não contenha qualquer tipo de contribuição original. O plágio do erro 404 regista-se nos trabalhos que incluem citações de fontes que não existem, ou que incluem referências bibliográficas incompletas que não permitem localizar e confirmar a autenticidade da fonte citada. Por fim, o designado plágio híbrido ocorre nos textos que vão combinando estrategicamente citações devidamente realizadas com excertos copiados sem qualquer citação.⁵

Se nem toda a fraude académica é plágio é igualmente curial registar que há plágios e plágios. Este reconhecimento é o ponto de partida para que, de um ponto de vista institucional, e numa perspetiva didática, se construam políticas de prevenção, deteção e combate ao plágio. Podemos, por isso, admitir que possa haver plágios sem fraude, nos casos em que o plágio possa ocorrer inadvertidamente. A questão é que esta é, muitas vezes, a justificação, inclusive para os plágios mais sofisticados. Em todo o caso, é conveniente separar o plágio de um mero uso inadequado das fontes

⁵ Estas 10 formas de cometer plágio não esgotam necessariamente o espectro do fenómeno. Por exemplo, replicar uma sequência de autores citados em outro trabalho, sem que se clone ou copie a estrutura ou organização frásica desse trabalho, e ainda que se tenha um texto diferente, não deixa de ser plágio, uma vez que este pode existir sem qualquer sobreposição entre o texto plagiado e o texto plagiador. A sobreposição sequencial de autores, ainda que não exatamente de texto ou de ideias, é uma forma mais subtil de plágio. O plágio, nas suas fronteiras difusas, sai, por vezes, do conteúdo e concretiza-se na forma. Por outro lado, o plágio executado através da cópia escrita de conteúdos áudio, designadamente a partir do YouTube, permite exemplificar uma outra forma de plagiar também ela refratária à deteção dos mecanismos informáticos de deteção de plágio. Essa forma de plágio traduz-se, por vezes, na existência de uma cópia sem original. Por exemplo, quando os estudantes gravam sub-repticiamente uma aula que depois vertem mais ou menos *ipsis verbis* nos seus trabalhos. Neste caso, em primeiro lugar foi cometida uma fraude e posteriormente um plágio.

bibliográficas. Os estudantes não podem ser acusados de plágio quando tentam de boa fé reconhecer o trabalho dos outros, mas não conseguem creditá-lo de forma precisa ou completa. Falhas dessa natureza devem-se ao desconhecimento de regras por parte dos estudantes, designadamente em matéria de atribuição adequada da autoria (Council of Writing Program Administrators, 2003).

A questão, mais recente, do auto-plágio vem tornar o conceito ainda mais difuso. Desde logo porque, para muitos, é uma questão que não se coloca. No mundo académico, onde a lógica de organização do trabalho se submete ao princípio da especialização e da hiperespecialização, é recorrente ter-se a sensação que os autores se repetem nas ideias e debates que discutem e publicam. Mas a questão do auto-plágio estende-se para lá dessa putativa impressão. À semelhança do plágio, o auto-plágio ocorre quando um autor republica a totalidade ou parte de um texto anterior sem mencionar explicitamente no texto que escreve que se trata de uma republicação ou de uma revisão de um outro texto seu.

Uma das questões mais relevantes que se coloca com o auto-plágio tem a ver com a eventualidade de o mesmo poder infringir o *copyright* (iParadigms, 2011). No campo da medicina, sobretudo, desde meados dos anos 1990, esse problema alcançou dimensões relevantes e levou muitas revistas a alterar as suas políticas e critérios editoriais.

George Bernard Shaw (s.d.) dizia que se citava frequentemente porque isso condimentava os seus diálogos. Citar-se a si próprio é, muitas vezes, uma necessidade e uma obrigação dos autores. Mas a autocitação é desvalorizada nos índices que quantificam o impacto das publicações científicas. Os próprios manuais de estilos têm vindo a incorporar crescentemente regras relativas à reciclagem e ao reuso de material publicado. O manual do estilo MLA (2016) fê-lo em 1998, o manual APA (2010) em 2001 e o manual do estilo Chicago (2017) em 2010. A questão relevante é a de saber qual o limiar aceitável da autocitação. Neste plano, diria que o bom senso recomenda que se aplique ao auto-plágio o mesmo princípio que se aplica ao plágio. Ou seja, sempre que um autor, mesmo citando ou transcrevendo devidamente, publica um trabalho que, além de reproduzir, nada acrescenta a outro existente (ainda que de sua autoria), prejudicando a leitura do original, ultrapassa a fronteira do aceitável. O que significa que os princípios do *fair use* e do *fair dealing* se aplicam não só aos trabalhos dos outros, mas também aos nossos próprios trabalhos. As recomendações de Miguel Roig (s.d., p.19-25) para evitar o plágio e o auto-plágio ajudam, em concreto, a definir as fronteiras do aceitável.

Uma questão não menos relevante que se prende com esta discussão concreta do auto-plágio tem a ver com a publicação de um mesmo trabalho em línguas diferentes. Definir até que ponto se está ou não dentro do aceitável é uma questão forçosamente ideológica. Pessoalmente, tenho uma opinião firme e convicta nesta matéria⁶. O mundo das publicações científicas entrou numa inusitada dimensão comercial e conferiu uma hegemonia incomum às publicações em língua inglesa. Quando se publica em língua inglesa, publicar acarreta muitas vezes o custo da transferência de direitos autorais que nos impedem de publicar o mesmo texto noutra língua. Uma política de defesa da língua portuguesa e de promoção de um diálogo preferencial com a comunidade científica que usa o português como língua materna são, para mim, exigências de uma atividade científica responsável, sobretudo quando se trabalha para organismos públicos e se desenvolvem atividades financiadas com dinheiros públicos (ainda que europeus). Nesta perspetiva, seria sempre recomendável publicar um determinado texto primeiro em português e depois numa língua estrangeira. Porque não é verdade, como facilmente constata quem é professor ou quem se move no mundo da lusofonia, que toda a gente, ou todos os estudantes, leem em inglês. E porque o preço a pagar para ter (como consumidor) ou garantir (pagando-se à cabeça o *open access*) acesso a textos (livros ou artigos) publicados em inglês é sempre substancialmente mais caro. Mas o recomendável esbarra com constrangimentos muito sérios, que vão desde a falta de tempo à prática frequente da exigência de compromissos éticos formais que atestem a originalidade do trabalho que se quer publicar em inglês. Ainda assim, sempre que possível, e desde que o mesmo texto republicado noutra língua que não a língua do texto original mencione expressamente que se trata de um texto inicialmente publicado numa dada língua e numa determinada publicação, e porque considero que essa prática não configura uma situação de auto-plágio, é aceitável publicar o mesmo

⁶ Expressei mais recentemente alguns argumentos que dão forma essa opinião ao comentar decisões da FCT (Peixoto, 2016)

texto noutra língua para se alargar o âmbito das audiências e se fomentar o debate científico. Tomando um exemplo comum no mundo da academia, e sendo essa uma das situações em que o auto-plágio mais está generalizado e em que é mais socialmente aceite, preparar uma conferência e não voltar a usar uma grande parte dos conteúdos para outra conferência (ainda que na mesma língua) dirigida a audiências distintas é um desperdício inconcebível. Mas, definitivamente, a defesa da língua, promover um acesso mais democrático e mais barato às publicações científicas, fomentar o debate científico numa comunidade multilingue e, quando se é professor, escrever para os nossos estudantes, tudo isso justifica que se questionem visões mercantis e hegemónicas que navegam instrumentalmente à boleia dos princípios éticos que legitimamente combatem o auto-plágio. Como académicos não podemos querer viver num mundo em que nos vemos compelidos a receber dos grandes grupos económicos e das multinacionais, designadamente dos que atuam no domínio das publicações científicas, lições de responsabilidade social e de ética.

3. Citar e referenciar: o essencial no evitamento do plágio

Embora haja definições de plágio que tendam a ser maximalistas (*Cfr.* Modern Language Association of America, 2016), aproximando a noção de plágio da noção de fraude, e ainda que, como se disse, o plágio não se restrinja ao mundo académico e às publicações, as preocupações relativas ao plágio remetem predominantemente para o respeito devido à citação e à referenciação de fontes escritas e bibliográficas.⁷

Neste âmbito, citar e referenciar adequadamente são competências incontornáveis na academia. Admitir que, só porque estão na universidade, os estudantes têm de dominar estas competências é um logro comum e uma exigência infundada de muitos docentes. Tanto mais que não são poucos os docentes que dominam adequadamente as regras mais atuais das normas e estilos de citação e de referenciação bibliográfica. Além de que os estudantes recebem, por vezes, indicações contraditórias dos docentes relativamente às regras de citação e de referenciação. Por isso mesmo, um plágio cometido por um estudante do primeiro ano de licenciatura não tem a mesma gravidade, nem pode suscitar a mesma reação institucional que um plágio cometido por um estudante do primeiro ano de doutoramento. Sem querer ser exaustivo, e reproduzindo informação e ideias de uma página eletrónica por mim elaborada (Peixoto, 2017c), é curial destacar as funções essenciais de uma citação e da correspondente referência bibliográfica, atendendo a que o não reconhecimento dessas funções abre caminho à ocorrência de plágio.⁸

- Nenhum trabalho académico nasce do nada. Ter a pretensão de se querer ser absolutamente inovador coloca-nos no mesmo plano daqueles que se refugiam na mera colagem de ideias e na citação sucessiva e acrítica de autores, por acharem que já tudo foi dito e escrito sobre tudo. Os estudantes de licenciatura tendem frequentemente a situar-se num destes dois planos opostos. Para os que se situam no primeiro plano, é importante lembrar que a citação e a respetiva referência são usadas para reconhecer o mérito de autores no

⁷ Pessoalmente, pelo que disse em cima, considero ser útil distinguir a fraude académica (enquanto fenómeno mais amplo) de plágio, restringindo este último à apropriação não autorizada e não creditada do trabalho de outrem. Apropriação significa que alguém se torna dono de algo que existe. Fraudar pode ir para além disso, uma vez que pode envolver processos dolosos e artificiosos, capazes de gerar falsos mecanismos ou resultados que comprometem avaliações justas. Fraudar, além de apropriar, é também facilitar (com ou sem proveito próprio), é simular e é ocultar a fraude (Almeida *et al.*, 2015). As versões maximalistas de plágio tendem, por exemplo, entre outras que não incluo na noção de plágio, a considerar a compra de trabalhos. Em si mesma, a ação de comprar trabalhos - ou de os obter gratuitamente com a ajuda de amigos, familiares ou subordinados - não é ilícita. Em algumas áreas (da empresarial à política), que não a académica, pode até nem ser eticamente reprovável. Comprar ou pedir emprestado implica autorização ou anuência de terceiros, não existindo, nesse caso, a dimensão de "roubo" que, na minha perspetiva, define o *ethos* do plágio. Sei que no mundo académico, e na produção coletiva de artigos, a lógica do mandarinato é geradora de autorizações compulsivas. Da mesma forma que a lógica do produtivismo científico gera irmandades estratégicas de multiplicação de publicações. Não é ético alguém fazer passar-se por autor de algo que não produziu para daí retirar benefícios tangíveis ou intangíveis. No mundo académico, onde a dimensão autoral e a cultura da avaliação são elementos incontornáveis, recolher benefícios por via de uma valorização ilícita como autor é sempre uma fraude, independentemente de constituir ou não plágio. Mas mesmo admitindo que pode haver plágio com autorização do plagiado, e que todas as autorizações são realmente consentidas, a academia tão-pouco legitima plágios autorizados.

⁸ Reproduzo aqui parte do texto da página <http://www4.fe.uc.pt/fontes/citar.html> (Peixoto, 2017c).

campo científico em que se atua, assim como dos textos que se consultaram. Trata-se, acima de tudo, de uma questão de humildade e de honestidade intelectual e, frequentemente, de uma responsabilidade deontológica pautada pela não apropriação indevida do trabalho dos outros. A utilização de fontes bibliográficas é, alegadamente, reveladora de uma atitude intelectual prudente de quem reconhece não estar a "descobrir a pólvora". Quando não se cita, se não se tiver caído num alfobre de banalidades, pode-se inadvertidamente estar a plagiar outros autores;

- Não é uma prolixa lista de citações e de referências que define o mérito de um trabalho académico. Uma das funções essenciais das citações e das referências é que confere maior credibilidade àquilo que o autor escreve, pois denota a sua preocupação em consultar o trabalho daqueles que escreveram sobre o mesmo tema. Sempre que se trata da utilização de uma fonte reconhecida, vista como uma autoridade nesse campo, reforça essa mesma credibilidade. Para quem lê, a citação permite identificar as ideias e informações da autoria de quem escreve e aquelas que são retiradas ou inspiradas em outras fontes. A citação serve para separar explicitamente as ideias e os dados de cada autor, incluindo as do autor do trabalho. A alínea a) do nº 76 do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (Lei 45/85 de 17 de setembro) diz explicitamente que a utilização livre de publicações deve ser acompanhada "Da indicação, sempre que possível, do nome do autor e do editor, do título da obra e demais circunstâncias que os identifiquem". O ponto 2 do mesmo artigo refere que "As obras reproduzidas ou citadas não se devem confundir com a obra de quem as utilize, nem a reprodução ou citação podem ser tão extensas que prejudiquem o interesse por aquelas obras.";⁹
- A citação e a referenciação possibilitam, a quem lê, localizar, confirmar e explorar a fonte de onde foi extraída a informação. O uso crescente de fontes eletrónicas traz consigo exigências acrescidas em matéria de confirmação da autenticidade e da fiabilidade da fonte. A característica mais transversal entre os milhares de estilos bibliográficos existentes é que todos eles respeitam as normas que visam promover uma localização exata das fontes e das transcrições ou paráfrases. Por isso, os identificadores únicos, como, por exemplo, os DOI, tenderão a converter-se em elementos obrigatórios das referências bibliográficas;
- Um mero controlo visual da lista de referências bibliográficas permite mostrar se o autor do texto está atualizado em relação às fontes bibliográficas relativas ao tema que ele trata e qual o grau de domínio do campo científico em que se move;
- Funciona como espécie de "memória auxiliar" para o autor, permitindo-lhe o seu uso posterior e facilitando o regresso às fontes.

O desenvolvimento de um trabalho académico íntegro obriga não só à identificação das fontes, mas também à criação de ideias próprias. Embora esta regra seja de fácil compreensão a sua aplicação prática está rodeada de algumas dificuldades. Sobretudo se atendermos à consolidação de hábitos nefastos no percurso escolar pré-universitário, cuja pretensão de resolução, em âmbito académico, num curto período de tempo, seria mera veleidade. Neste contexto, ainda que o mau uso das fontes não configure necessariamente plágio, é conveniente destacar as dificuldades mais comuns, e potencialmente mais propensas à ocorrência de plágio (não necessariamente doloso), com que os estudantes se deparam na elaboração dos seus relatórios e trabalhos académicos, designadamente:

- Basearem excessivamente os seus relatórios e trabalhos académicos na informação de um ou poucos autores, não confrontando devida e extensivamente as fontes bibliográficas. Nos níveis mais básicos de formação, os

⁹ Adaptando a famosa citação ("A religião deve ser como o sal na comida: nem muito nem pouco, só o preciso") do patrono de uma das minhas escolas secundárias, Alves Martins, poder-se-ia dizer que as citações devem ser como o sal na comida: nem muito nem pouco, só o preciso.

estudantes tendem a ficar satisfeitos com a primeira fonte que encontram e que lhes ajuda a colmatar a lacuna de conhecimento ou a resolver o problema de pesquisa inerente ao trabalho que desenvolvem;

- Parafrasearem ou resumirem excessivamente a linguagem e ou informação de outros autores, sem que acrescentem informação ou opinião próprias. Por força de hábitos anteriormente consolidados na trajetória escolar e devido à ausência de mecanismos de ensino e aprendizagem que ajudam a ultrapassar este problema, esta é uma das dificuldades mais comuns entre os estudantes;
- Citar incorretamente as fontes, citando sem referenciar, referenciando sem citar, disponibilizando informação contraditória entre a citação e a referência e misturando estilos bibliográficos;
- Dependereem excessivamente das fontes eletrônicas, não aproveitando a riqueza da diversidade de fontes, umas vezes reproduzindo informação que não é fidedigna, outras vezes baseando-se em fontes de qualidade duvidosa. E sobretudo confinando-se à informação das páginas imediatamente devolvidas pelo Google numa primeira pesquisa, o que os leva a transformar uma pesquisa exploratória em definitiva e, pior que isso, a plagiar plagiadores;
- Usarem, quando citam referências eletrônicas, na referência bibliográfica, a página de raiz que usaram e não o URL completo da página donde retiraram ideias, dados ou informação; ou esquecendo, no caso concreto das fontes eletrônicas, elementos obrigatórios da referência bibliográfica.

Mais grave que isto, constituindo violações graves da integridade académica, é apresentar trabalhos de pesquisa iguais ou idênticos em disciplinas diferentes ou pedir emprestados trabalhos a colegas de anos anteriores ou de outras universidades e apresentá-los como originais seus.

Ao redigirem os seus trabalhos e relatórios os estudantes são frequentemente confrontados com vários tipos de dúvidas, designadamente: o que citar e não citar? cito em demasia? onde colocar a citação? como evitar o plágio?

Relativamente à dúvida "o que citar?" há uma regra básica a seguir: devem ser citadas todas as ideias específicas, o uso de dados, as opiniões e os factos que não são da autoria de quem escreve. Em contrapartida não deve ser citado tudo aquilo que faz parte do conhecimento comum. O conhecimento comum tanto diz respeito à informação conhecida pelo público em geral, como à informação genérica de um dado campo profissional. Informação disponível em documentos de referência (enciclopédias e dicionários), datas de episódios históricos, dados biográficos de personalidades que sejam amplamente difundidos, constituem senso comum. Contudo, porque muitas vezes é difícil identificar onde começa e onde acaba o conhecimento comum, uma boa regra a seguir é "na dúvida deve citar-se".

Sentir-se compelido a fazer uma citação em quase todas as frases significa que não se pensou o suficiente, que não se dispensou a atenção devida ou o tempo de investigação necessário ao tópico que se analisa, de modo a que possam surgir e ser desenvolvidas ideias próprias. Um relatório de pesquisa não deve cingir-se a uma compilação de ideias e factos de outros trabalhos. As fontes devem constituir apenas a base a partir da qual são desenvolvidas as ideias de quem escreve. A regra de ouro é, "sempre que é usada informação de outras fontes essa informação deve ser comentada". Além disso a importância e o tamanho do comentário não devem ser nunca menores que a dimensão da fonte utilizada.

Em relação ao local mais indicado para colocar a citação, o final do parágrafo não é, geralmente, o local mais aconselhado. Na verdade, a citação colocada no final do parágrafo deixa frequentemente o leitor na dúvida. A citação diz respeito à última frase do parágrafo, ao parágrafo todo, ou a parte do parágrafo? É necessário que quem redige revele explicitamente onde começa e onde acaba a informação da fonte utilizada, caso contrário a citação mal colocada pode

configurar plágio. A maneira mais fácil de concretizar este desiderato é recorrer a expressões como "Segundo Pedro Hespanha (...)" ou "Carlos Fortuna sustenta que (...)" e usar, na citação, os pronomes demonstrativos latinos (*idem*, *ibidem*).

Sempre que se reescrevam ideias ou informações através de palavras próprias, seja sumariando, seja parafraseando, as ideias e a informação não nos pertencem. A fonte deve, por isso, ser citada, de modo a permitir sempre a localização exata da informação citada. Caso contrário estamos a praticar um plágio que, no meio académico, constitui uma das ofensas mais graves. Plagiar é usar ideias e os escritos de outros autores como se eles fossem nossos. É, como se disse, um roubo intelectual.

4. O plágio na relação professor-estudante

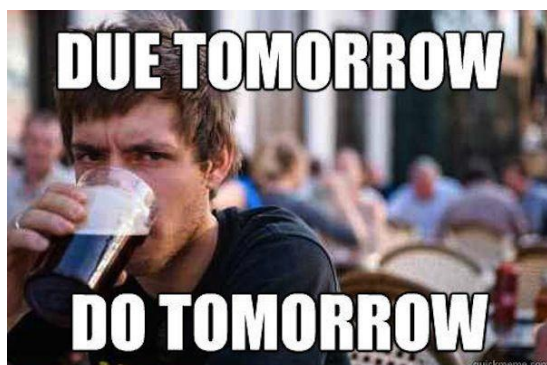
Embora não se restrinja aos trabalhos e publicações académicas, é nesse domínio que o plágio se constitui como uma das principais preocupações da academia. A relação professor-estudante, e o contexto que a envolve, é um eixo incontornável da análise do plágio na academia.

A academia tanto pode funcionar como instância dissuasora do plágio como *locus* de propagação e de sofisticação de técnicas e de estratégias de plágio. Ou seja, cada instituição, assim como cada área científica ou disciplinar, tem ou pode ter uma determinada cultura de integridade académica, sendo mais ou menos propenso à ocorrência de violações éticas e deontológicas (Almeida *et al.*, 2016). As políticas institucionais, ou a sua ausência, em matéria de enquadramento da fraude académica são fundamentais para determinar as tendências dominantes e o sentido da cultura de integridade. A relação professor-estudante é uma componente dessa política institucional. E é uma componente que existe em si mesma, independentemente das instituições académicas terem ou não uma política institucional formal de prevenção e de combate à fraude. Tratando-se de uma componente que pode estar mais ou menos formatada por determinados protocolos institucionais, a relação professor-estudante em matéria de plágio processa-se, frequentemente, à margem dessa política institucional, ou mesmo contra ela.

Existe uma diversidade de fatores motivadores e de fatores inibidores do plágio e da fraude que assumem importância diferenciada em contextos distintos (Almeida *et al.*, 2015). A cultura do copiar-colar trazida do ensino pré-universitário, a cultura de pares (o que se vê fazer aos outros para obter sucesso) e a cultura institucional de prevenção e de combate à fraude e ao plágio prevalecente em cada instituição (que pode não existir) definem o quadro geral de maior ou menor propensão para a ocorrência de plágio. Em grande medida, como sustenta Jamal Mimouni (El Watan - Etudiant, 2016), "combater o plágio apenas na universidade é como lutar contra uma doença em fase terminal". O plágio é, de facto, uma cultura que está a montante da universidade e que se situa muito para além dela. Mas isso não significa que a academia não se deva empenhar ativamente na prevenção e no combate à fraude académica. Não irá pôr um fim ao problema, mas tem obrigação de o enfrentar e de não permitir que ele se amplie, sob pena de gerar uma cultura de pares em que a fraude é a norma. A questão da cultura institucional é crucial, na medida em que uma política integrada é a base para definir padrões comuns e transparentes que evitem que cada docente adote as suas próprias bitolas relativamente à responsabilidade ética dos estudantes e às consequências disciplinares.¹⁰

¹⁰ Com frequência, em vários contextos, encontro muitos docentes que, ou não atuam perante a constatação de fraudes cometidas por estudantes devido à ausência de uma política clara e sustentada por parte da instituição; ou que atuam contra a política da instituição por considerarem que ela não gera efeitos práticos ou que não considera devidamente a proporcionalidade das sanções. Neste último caso, porque atuam numa base de relação direta com os estudantes, os padrões tendem a ser *ad hoc*, e o critério da sanção tende a ser instável e descontextualizado (não enquadrando o tratamento do caso no historial disciplinar do estudante). Encontro também docentes que, em entrevistas e em grupos focais, me transmitem que muitos dos seus colegas não querem saber das fraudes praticadas pelos estudantes uma vez que eles próprios as praticam.

Além disso, o receio de falhar nas avaliações e de não obter aprovação nas disciplinas e cursos, que concorre também para formatar a cultura de pares e a cultura institucional em áreas de maior insucesso e de abandono, é também um fator



Fonte: QuickMeme
<http://www.quickmeme.com/meme/359wqw>

indutor de plágio. Como o é, igualmente a falta de tempo. Esta, no caso dos estudantes, pode ter origens variadas, estendendo-se desde razões ligadas a um excesso de matérias e de obrigações académicas até à incapacidade para gerir agendas. Sendo que, junto de docentes e investigadores, a falta de tempo é igualmente uma causa de plágio.

Mas é a relação professor-estudante que constitui um eixo fulcral de prevenção do plágio. O absentismo dos estudantes no ensino superior atinge, em variadas circunstâncias, proporções alarmantes. Em outras circunstâncias é a excessiva dimensão das turmas que provoca uma diminuição ou mesmo uma ausência de contatos entre

professores e estudantes. Atendendo a que há outros fatores que prejudicam uma ligação mais estreita, é curial sublinhar que uma relação pessoal de conhecimento mútuo e de interação frequente entre professor e estudante é a base mais sólida de prevenção do plágio.

Numa relação meramente formal ou distante entre estudante e professor, em sede de apreciação de trabalhos académicos, o docente fica com instrumentos muito limitados de deteção de plágio. Quando muito, a suspeita de plágio pode emergir do uso, por parte dos estudantes, de formatos ou de recursos não utilizados pelo docente ou pela instituição. Ou, adicionalmente, o recurso a um *software* de deteção de plágio pode ser um instrumento complementar de despistagem. Pelo contrário, quando o professor interage regularmente com o estudante dispõe de conhecimentos adicionais para examinar se o estilo de escrita, a linguagem empregue e o domínio do campo estão dentro do padrão normalmente alcançado pelo estudante. Ou seja, a proximidade professor-estudante é a base de uma relação pedagógica e esta é potencialmente criadora de laços, quer afetivos, quer de incremento da aprendizagem, que diminuem o recurso ao plágio por parte dos estudantes. O que acontece com muita frequência, sobretudo no primeiro ano de chegada dos estudantes à universidade, é que a dinâmica de relacionamento está pouco orientada para a construção de uma relação pedagógica, voltando-se mais para a concretização do processo avaliativo. Nesse contexto, quando esta perceção se torna predominante entre os estudantes tende a reforçar a cultura do copiar-colar trazida do ensino pré-universitário e a cultura de pares funciona como mecanismo de sofisticação da cultura do copiar-colar.

A substituição de mecanismos humanos de controlo por mecanismos informáticos (*software* de deteção de plágio) é, em parte, um sintoma do enfraquecimento das relações pedagógicas e dos laços professor-estudante. O *software* como componente de uma política institucional integrada de prevenção e combate é importante. Sobretudo, porque tem uma função dissuasora; porque despista os plágios ingénuos e descuidados; e porque ajuda a detetar plágios realizados a partir de trabalhos de outros estudantes, eventualmente em anos anteriores e em outras instituições. Mas colocar o *software* como instrumento principal de uma política de prevenção e combate é contraproducente. Por um lado, porque o *software* de deteção tem uma ação limitada.¹¹ E, por outro lado, porque quando se adotam mecanismos externos de

¹¹ O plagiador sofisticado rapidamente adquire competências para contornar os mecanismos de deteção do *software*. Por exemplo, colocando caracteres em cor branca entre as palavras do excerto plagiado; ou substituindo caracteres, sobretudo os “a” e os “o” por caracteres não latinos; plagiando a partir de originais escritos noutra língua com tradução automática, posteriormente editada, do Google; entregando os trabalhos em pdf, com as partes plagiadas convertidas em imagem; concretizando o plágio a partir de documentos áudio, etc. Não será comum em Portugal (Almeida *et al.*, 2015), mas empresas de parafraseamento (Cfr. Reprasher, 2017) fornecem serviços de transformação de textos plagiados em textos não identificáveis como plágio, enfatizando que o processo é feito por editores humanos e não por *software*.

controle, designadamente tecnológicos, se tende a depositar uma confiança cega nesses mecanismos, o que nos leva a perder a capacidade de detetar o óbvio e de controlar o ambiente em que nos movemos.¹²

Isto não quer dizer que fatores indutores do plágio, como, por exemplo, a pressão para publicar ou a falta de tempo, não se sobreponham aos códigos éticos que saem reforçados quando existe uma relação de proximidade entre professor e estudante. O que significa que, na relação professor-estudante, os casos mais dramáticos de plágio tenderão a ser os relativos à relação orientador-orientando, designadamente ao nível do doutoramento. O plágio nos ciclos de formação avançada, nomeadamente no terceiro ciclo, exemplifica a complexidade do fenómeno. A pressão colocada nas instituições, para captar estudantes, nos professores, para criarem e coordenarem ciclos de estudos de doutoramento, e nos estudantes, para alcançarem níveis de qualificação que lhe permitam aceder a bolsas e a melhores oportunidades, faz com que, frequentemente, sejam admitidos estudantes com manifestos indícios de impreparação para vir a completar os ciclos de estudos. Em si mesmo, o ato de admitir candidatos inaptos configura fraude institucional. Ainda por cima é uma fraude que potencia o plágio, ao mesmo tempo que, de certa forma, o desculpabiliza. Acresce que o atual contexto de progressiva mobilidade académica em todos os ciclos de estudo interfere neste fenómeno e acarreta um outro não desprezível em matéria de plágio. Ter que trabalhar numa língua diferente da língua materna é um relevante fator de ocorrência de plágio, entre outras coisas porque rouba tempo e porque aumenta a insegurança em relação ao que se produz. Neste contexto, questões simples (como, por exemplo: pode um estudante de doutoramento que entregue uma tese em que se registre plágio voltar a apresentar essa tese?) não têm uma resposta simples. A questão da gravidade e da intensão estarão sempre presentes, sendo certo que, ao nível do doutoramento, nenhum estudante pode beneficiar de um putativo desconhecimento das regras. Impõe-se perguntar de quem é exatamente a culpa e como deve ser dividida? A questão será sempre como encontrar e garantir um equilíbrio entre um enquadramento institucional que assegure equidade no tratamento de casos e a relação de confiança (quebrada) entre o orientador e o orientando.

5. Uma breve conclusão

É muito difícil escrever um texto sobre plágio sem plagiar. Porque sobre o plágio já tudo foi dito. E porque nem tudo o que foi dito constitui exatamente senso comum. Escrever sobre plágio coloca-nos entre a pressão de nos sentirmos compelidos a citar alguém no final de cada período concluído e a liberdade de escrever sem citar por considerarmos estar a reproduzir e a comentar ideias amplamente difundidas e partilhadas.

O plágio é um campo marcado por ironias absurdas. Quanto mais reputado academicamente ou mais sofisticado é o plagiador mais plagia leviana e impunemente autores menos conhecidos. Quanto menos sofisticado ou menos reputado academicamente é o plagiador mais plagia ingenuamente autores reputados ou mais conhecidos. O segundo tipo de plagiador está mais sujeito a ser alvo de uma acusação por plágio. O primeiro tipo de plagiador pode arrogar-se o papel de dar lições de integridade. Domina a arte de combinar as fontes e tende a seguir um padrão em que cita os autores mais reconhecidos no corpo do texto e os menos reconhecidos em rodapé. Se o perfil do autor alegadamente plagiado é uma variável preponderante para se determinar o que é e não é plágio, facilmente se percebe a dificuldade em delimitar o conceito e o fenómeno.

¹² Por analogia, podemos pensar na confiança que se deposita nas câmaras de videovigilância urbana. No limite, permitem observar e registar todos os comportamentos ocorridos no seu campo visual. Podem até permitir, em casos de suspeita, prevenir, através de intervenção da autoridade, a ocorrência de determinados atos. Mas a suspeita pode ser infundada e gerar ações desproporcionadas. É precisamente isso que pode ocorrer com o *software* de deteção de plágio, uma vez que nem sempre um elevado grau de sobreposição de conteúdos corresponde a um plágio de facto, nem a sobreposição em si nos diz o essencial sobre a intencionalidade e a gravidade da ação. Contudo, a mera observação da sobreposição pode gerar reações intempestivas. A análise da intencionalidade e da gravidade dependerão sempre do olhar humano. Acresce que, levando a analogia mais longe, quando as câmaras registam e permitem identificar e punir os culpados preenchem uma função social importante. Mas não foram capazes de prevenir o que um sistema social atento e dependente de vários olhares presumivelmente evitaria para que os danos não ocorressem. Em relação ao plágio, prevenir também é sempre preferível a remediar.

O sociólogo Robert K. Merton terá dito que “O plágio por antecipação ocorre quando alguém rouba as ideias originais de outra pessoa e as publica 100 anos antes de essa pessoa ter nascido” (*apud* Fadiman, 2011: 108). Quem se exime às citações torna-se um mártir dos roubos por antecipação. São pessoas que experienciam uma inusitada preponderância para se sentirem plagiadas ou imitadas. O plagiado paranoico acha-se o único dono de certos temas e objetos de estudo. A verdade, porém, é que quem não cita o faz, frequentemente, porque não conhece, não se esforça por conhecer e, recorrentemente, vitimiza-se ingenuamente, quando, muitas vezes, deveria ser réu. A dúvida (citar ou não citar?) está indexada à autoestima e à experiência. Uma baixa autoestima e uma experiência precoce acentuam a dúvida. Uma autoestima elevada, na dúvida, leva as pessoas a não citar. Ainda que as pessoas com elevada autoestima raramente tenham dúvidas. E quando a autoestima elevada se combina com uma experiência limitada não é raro ver o plagiador a acusar o plagiado. Uma acusação por plágio pode ser uma arma. E, com frequência, os casos de plágio são mais complexos que aquilo que parecem.

O plagiador cleptomaniaco (Lindey, 1974) não só tende a ser reincidente, como tende a ter as desculpas perfeitas para justificar o plágio. Fadiman (2011: 108) evoca o caso do senador norte-americano Joe Biden (47º vice-presidente dos Estados Unidos, várias vezes acusado de plágio durante a sua vida académica) para demonstrar que o plagiador cleptomaniaco chega inclusive a plagiar o pedido de desculpas relativo ao plágio cometido. Entre o sentimento de impunidade, o vício e o receio de falhar, abre-se caminho à reincidência. O plágio é também uma arte que se cultiva tendo em vista uma certa sofisticação.

Neste contexto, não admira que qualquer plagiador tenha uma tendência para negar o plágio. Partindo do princípio que admitir o plágio intencional é letal, e que tal deve ser evitado, Folkner (2006) apresenta várias estratégias que devem ser adotadas por quem for acusado, separando-as entre estratégias para os casos em que apenas há uma suspeita de plágio e estratégias em que há prova de plágio. As sugestões de Folkner seriam irónicas se não fossem parte de um receituário comum dos serviços em linha que oferecem apoio (incluindo apoio em caso de acusação de plágio) na realização de trabalhos académicos. Não admira, por isso, que as desculpas de plágio tendam a ser pífias e até ofensivas (Bailey, 2014). Bailey disponibiliza um modelo de carta, que seria o ideal, mas que ele afirma nunca ter visto, para que o pedido traduza desculpas efetivas e contenha todos os elementos necessários de um pedido de desculpas por concretização de plágio.

Não menos frequentes são os casos protagonizados pelos plagiadores ingénuos, que se traduzem, por vezes, em situações em que o plagiador é plagiado. Isto acontece, por exemplo, e sem que os professores e os *softwares* se preocupem devidamente com isso, com o uso de imagens protegidas por *copyright* e/ou direitos autorais nos trabalhos académicos. O uso abusivo da Internet e das fontes eletrónicas parece estar a ampliar o fenómeno dos plagiadores que plagiam, sem o saberem, outros plagiadores. Não é incomum encontrar-se em trabalhos de estudantes plágios feitos através de Ctrl+C | Ctrl +V que se reproduzem, sem atribuição de autoria, em mais que uma página eletrónica. Noutro nível de gravidade, tenho encontrado indícios deste fenómeno em repositórios públicos, designadamente no RCAAP, o que põe em cheque o nível mínimo exigível de controlo relativamente à integridade dos trabalhos académicos. Mas que, por outro lado, mostra a importância do acesso aberto para assegurar maior transparência e oportunidades de fiscalização.

A nebulosa em que o plágio se insere mostra-nos uma extensa zona cinzenta de indeterminação e de inação que esbarra com a recriminação generalizada do fenómeno na academia. Condena-se, mas consente-se. Conhece-se, mas silencia-se. Sobretudo porque o plágio, designadamente nos níveis mais elevados de formação e de exercício das atividades científicas, é uma vergonha para as instituições. Ou porque a ausência ou a desproporcionalidade das políticas institucionais de combate à fraude desencoraja a uma atuação por parte dos docentes. Na ironia corrosiva de quem vê a academia como um antro do plágio, a inação e a tolerância resultam do facto de uma das formas de plágio que os estudantes mais praticam ser aquela que alegadamente veem os seus professores praticar: o auto-plágio.

A confissão de Fadiman (2011: 108) quando nos diz “quanto mais leio sobre plágio, mais fico convencida que a literatura é um grande contentor de reciclagem” traduz a difusão e a complexidade do fenómeno. Mas isso não significa - pelo contrário - que o grau de indiferença ou de aceitação social do fenómeno seja elevado. Nem tão pouco que a reprovação social siga padrões indiferenciados, quer fora, quer dentro da academia. Plagiar tende a ser pública e mediaticamente mais condenado quando o alegado plagiador tem notoriedade pública ou quando retira um proveito económico ou reconhecimento científico do ato de apropriação indevida.

Breve nota biográfica de Paulo Peixoto

Docente na Universidade de Coimbra (FEUC), desde 1993. Investigador do Centro de Estudos Sociais (UC), desde 1997. Co-autor de “A fraude académica no Ensino Superior em Portugal: um estudo sobre a ética dos alunos portugueses” e de “Fraude e plágio na universidade. A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior” (ambas as obras editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra). Instrutor de processos disciplinares em casos de alegada violação da ética académica. Paulo Peixoto é membro: da Comissão de Ética da FCDEFUC; do grupo de pesquisa “Formação, Ética e Pesquisa em Educação (CNPq/PUC-RS); do Conselho Internacional do IIRAAFP - International Institute for Research and Action on Fraud and Plagiarism in Higher Education and Research. Integra a equipa do projeto EERIC (European Ethics and Research Integrity Culture).

Como citar este texto¹³

Peixoto, Paulo. “O plágio na Academia”, *Fontes de Informação Sociológica – Citar e referenciar*, setembro de 2017. Texto elaborado no âmbito do curso Ped@ES - Pedagogia no Ensino Superior. Acedido em 27 de novembro de 2017 (colocar a data exata de acesso), https://mp.gl/cv/o_plagio_na_academia.pdf

Bibliografia

- Almeida, Filipe, Ana Seixas, Paulo Gama, e Paulo Peixoto. *A fraude académica no Ensino Superior em Portugal: um estudo sobre a ética dos alunos portugueses*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- Almeida, Filipe, Ana Seixas, Paulo Gama, Paulo Peixoto, e Denise Esteves. *Fraude e plágio na Universidade: a urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- American Psychological Association, ed. *Publication manual of the American Psychological Association*. 6th ed. Washington, DC: American Psychological Association, 2010.
- Bailey, Jonathan. “The World’s First “Plagiarism” Case”. *Plagiarism Today*, 4 de outubro de 2011. Acedido em 17 de setembro de 2017, <https://www.plagiarismtoday.com/2011/10/04/the-world%E2%80%99s-first-plagiarism-case/>
- Bailey, Jonathan. “The Perfect Plagiarism Apology I’m Still Waiting to See”. *Plagiarism Today*, 7 de agosto de 2014. <https://www.plagiarismtoday.com/2014/08/07/perfect-plagiarism-apology-im-still-waiting-see/>.
- BrainyQuote. “Plagiarism Quotes”. *BrainyQuote*. Acedido em 15 de setembro de 2017, <https://www.brainyquote.com/quotes/keywords/plagiarism.html>
- Clint Eastwood Quotes. (s.d.). *BrainyQuote.com*. Acedido em 15 de setembro de 2017, <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/c/clinteastw446708.html>
- Council of Writing Program Administrators. “Defining and Avoiding Plagiarism: The WPA Statement on Best Practices”, janeiro de 2003. Acedido em 18 de setembro de 2017, <http://wpacouncil.org/files/wpa-plagiarism-statement.pdf>.
- David Shields Quotes. (s.d.). *BrainyQuote.com*. Acedido em 15 de setembro de 2017, <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/d/davidshiel796564.html>

¹³ Gosto muito de escrever. Como qualquer autor que gosta de escrever, encontro-me, frequentemente, perante textos de outros autores que eu gostaria de ter escrito. A vontade de plagiar é algo quase natural. Uma tentação para quem escreve. Um ardil para quem tem de escrever. O sonho de qualquer autor que gosta de escrever é que os seus textos suscitem esta vontade. Nunca sabemos se vamos consegui-lo. Para quem se sentir tentado, fica aqui o atalho para evitar o delito.

- Dean Inge Quotes. (s.d.). BrainyQuote.com. Acedido em 15 de setembro de 2017, <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/d/deaninge378005.html>
- El Watan - Etudiant. "Le système éducatif est basé dès le primaire sur le copier-coller", 28 de setembro de 2016. Acedido em 12 de setembro de 2017, http://watan64.rssing.com/chan-61863940/all_p9.html#item168.
- Ende, Martin van der, Joost Poort, Robert Haffner, Patrick de Bas, Anastasia Yagafarova, Sophie Rohlf, e Harry van Til. "Estimating displacement rates of copyrighted content in the EU". Bruxelas: Comissão Europeia, 2014. Acedido em 18 de setembro de 2017, https://cdn.netzpolitik.org/wp-upload/2017/09/displacement_study.pdf.
- Fadiman, Anne. *Ex Libris: Confessions of a Common Reader*. Farrar, Straus and Giroux, 2011.
- Folkner, Damian. "Accused of Plagiarism? What you can do to help yourself", 2006. <http://plagiarism-defence.tripod.com/>.
- George A. Moore Quotes. (s.d.). BrainyQuote.com. Acedido em 15 de setembro de 2017, <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/g/georgeamo205190.html>
- George Bernard Shaw Quotes. (s.d.). BrainyQuote.com. Acedido em 17 de setembro de 2017, <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/g/georgebern100030.html>
- Guy Debord Quotes. (s.d.). BrainyQuote.com. Acedido em 15 de setembro de 2017. <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/g/guydebord154423.html>
- iParadigms. "The ethics of self-plagiarism (white paper)", 2011. Acedido em 17 de setembro de 2017, <https://www.ithenticate.com/hs-fs/hub/92785/file-5414624-pdf/media/ith-selfplagiarism-whitepaper.pdf>
- Lindey, Alexander. *Plagiarism and Originality*. Westport, Conn: Greenwood Press, 1974.
- Miroslav Volf Quotes. (s.d.). BrainyQuote.com. Acedido em 16 de setembro de 2017, <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/m/miroslavvo530760.html>
- Modern Language Association of America. "The MLA Style Center", 2016. Acedido em 19 de setembro de 2017, <https://style.mla.org/>.
- Moss, Stephen. "A History of Plagiarism (Not My Own Work)". *The Guardian*, 23 de novembro de 2005, sec. Books. Acedido em 17 de setembro de 2017, <http://www.theguardian.com/books/2005/nov/23/comment.stephenmoss>
- Nora Roberts Quotes. (s.d.). BrainyQuote.com. Acedido em 15 de setembro de 2017. <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/n/norarobert279294.html>
- Peixoto, Paulo. "Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento". *Educação* 40, n. 2 (30 de agosto de 2017a): 150–159. doi:10.15448/1981-2582.2017.2.27005.
- . "Fontes de Informação Sociológica - Início". *Fontes de Informação Sociológica*, 2017b. Acedido em 17 de setembro de 2017, <http://www4.fe.uc.pt/fontes/>
- . "Citar - Fontes de Informação Sociológica". *Fontes de Informação Sociológica*, 2017c. Acedido em 16 de setembro de 2017, <http://www4.fe.uc.pt/fontes/citar.html>
- . "There is a condition worse than blindness and that is seeing something that isn't there". *Ensino Superior - Revista do SNESup*, 51, 4, 2016.
- Público. "Mariano Gago diz que pirataria é «fonte de progresso»". *PÚBLICO*, 30 de abril de 2010. Acedido em 17 de setembro de 2017, <https://www.publico.pt/2010/04/30/culturaipilon/noticia/mariano-gago-diz-que-pirataria-e-fonte-de-progresso-1434797>
- Rephraser. "Professional Online Rephraser", 2017. Acedido em 14 de setembro de 2017, <https://www.rephraser.net/>.
- Roig, Miguel. "Avoiding plagiarism, self-plagiarism, and other questionable writing practices: A guide to ethical writing", (s.d.). Acedido em 11 de setembro de 2017, <https://ori.hhs.gov/images/ddblock/plagiarism.pdf>
- Shenkar, Oded. *Copycats: How Smart Companies Use Imitation to Gain a Strategic Edge*. Boston, Mass: Harvard Business Review Press, 2010.
- Simões, Pedro. "UE escondeu estudo que prova que pirataria não prejudica vendas". *Pplware*, 22 de setembro de 2017. Acedido em 22 de setembro de 2017, <https://pplware.sapo.pt/informacao/ue-escondeu-estudo-pirataria-vendas/>.
- The University of Chicago Press Editorial Staff. *The Chicago Manual of Style, 17th Edition*. University of Chicago Press, 2017.
- Turnitin. "Turnitin - The Plagiarism Spectrum", 2016. Acedido em 17 de setembro de 2017, <http://go.turnitin.com/plagiarism-spectrum>
- Wilson Mizner Quotes. (s.d.). BrainyQuote.com. Acedido em 15 de setembro de 2017, <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/w/wilsonmizn109330.html>